

Portugal em *Memória das Estrelas sem Brilho* de José Leon Machado

Cristina Teixeira Pinto

Introdução

José Leon Machado é um autor da nova era literária, a da Literatura Contemporânea.

A sua escrita, simples e concisa, bem como o uso sistemático de uma linguagem popular constituem matéria-prima deste artista literário. Os seus conhecimentos históricos aprofundados exigem deste autor um espírito histórico, onde prevalece a sabedoria de harmonizar esteticamente factos e personagens de culturas e épocas diferentes.

Neste romance histórico, ele valoriza o nacional que se manifesta pelo retorno ao passado histórico e pela criação do herói nacional. É um romance de reconstituição histórica, pois visa “reconstituir” com autenticidade e fidelidade a sociedade, os grupos sociais, os costumes e a mentalidade da época, criando ou explorando personagens e temas problemáticos de importância vital para a história portuguesa. Este romance está escrito em forma de memórias, narradas na primeira pessoa e procura imitar o tom de livros que alguns ex-combatentes escreveram logo após a guerra (Américo Olavo, Bento Esteves Roma, Horácio Assis Gonçalves, Pedro de Freitas, Manuel Costa Dias, João Pina de Moraes, David Magno, Carlos de Ornelas, Eugénio Rodrigues Aresta, entre outros).

Memória das Estrelas sem Brilho retrata a vida de Luís Vasques que se vira forçado a interromper o seu curso de Direito, na Faculdade de Coimbra, para comandar um grupo de expedicionários que o governo português, em 1917, mandara para as Trincheiras da Flandres.

A decisão da participação de Portugal na I Grande Guerra constituiu um grave erro e teve efeitos desastrosos na popularidade da I República. Os jovens portugueses analfabetos, desconhecedores de qualquer tipo de realidade, para além da sua aldeia natal, foram obrigados a combater no conflito tecnologicamente mais avançado da História da Humanidade, em condições humilhantes. Nem as fardas que o país teve que importar, feitas para serem usadas por militares, fisicamente, bem constituídos, serviam aos diminutos e famintos soldados portugueses. Ninguém foi capaz de compreender as razões que levaram um país, quase sem indústria e com uma dívida pública gigantesca, a participar num conflito de tão grande envergadura. À medida que a inflação, a fome, o tifo, a pneumónica e a miséria cresciam, em Portugal, crescia, na mesma proporção, a agonia da I República.

Enquadramento histórico da obra

Portugal participou na guerra de 1914-1918 em duas frentes militares, a europeia e a africana.

Cerca de 55 000 homens partiram de Alcântara para a Flandres onde lutaram mais de dois anos, entrincheirados, por metros ou quilómetros de terreno, em nome da Liberdade, da Justiça e do Direito.

A ignorância estrangeira sobre a actuação do Corpo Expedicionário Português (C.E.P), nome dado à organização militar enviada para o sector português, em França, é flagrante! Tal facto deve-se à falta de interesse em estudar esse momento da História de Portugal e, por conseguinte, da Europa; à dificuldade decorrente de não dominarem a Língua Portuguesa, usada na rica documentação arquivada em Portugal e nos poucos estudos portugueses, entretanto realizados e, por fim, à falta de interesse editorial, português ou internacional, em publicar e traduzir esses estudos.

O ano de 2008 comemorou os noventa anos da Batalha de La Lys (9 de Abril de 1918).

O Corpo Expedicionário Português partiu em Janeiro de 1917, a maior parte sem saber o porquê desta ida, para terras estranhas da Flandres e por lá permaneceram até 1919, vivendo a guerra internacional, a guerra da república portuguesa e a guerra privada de cada um e dos grupos de camaradas em que se inseriram.

Estes soldados confrontaram-se com a dor, o medo, a alegria, a coragem, o alívio, a ferida, o pânico, a camaradagem, o ódio, a aventura e até a loucura.

Os que regressaram voltaram feridos, doentes, dificilmente incólumes, orgulhosos e simultaneamente desgostosos, mas todos saudosos dos momentos vividos em França.

Desde Agosto de 1914, o partido de Afonso Costa, os Democráticos ou “Afonistas”, dissidente do Partido Republicano Português e conotado com a política de esquerda, viu a intervenção militar portuguesa no palco europeu como a solução para diversos problemas com que se confrontava, enquanto partido republicano de poder.

Ao nível externo, pretendia-se o adiamento do problema das colónias, cobiçadas por ingleses e alemães, ao lutar ao lado dos presumíveis futuros vencedores.

Ao nível interno, desejava atenuar ou adiar os conflitos político-sociais existentes na sociedade portuguesa, reforçar o Partido Democrático e criar uma identidade própria no seio da jovem república, ao mobilizar a sociedade num esforço comum – a guerra.

Os opositores aos objectivos “guerristas” de Afonso Costa, os Republicanos, os Monárquicos, os clericais e alguns sectores do exército, preferiam a concentração de esforços militares portugueses nas colónias ao envio de tropas para França, na qual não vislumbravam qualquer benefício.

Portugal não possuía os recursos suficientes para a guerra. As fábricas nacionais não produziam armamento e munições suficientes e, por isso, não resolviam a lacuna portuguesa e a importação de artigos ingleses. A redução dos Cursos da Escola de Guerra e o aumento das turmas da Escola Preparatória de Oficiais Militares não permitia formar muitos e bons oficiais, em tempo útil.

Em Lisboa foi lançado o boato de que “as unidades se recusariam a embarcar”. Então, Norton de Matos incumbiu o General Tamagnini, a 27 de Dezembro de 1916, de visitar, as unidades constitutivas do 1º contingente a embarcar para França.

Tamagnini percorreu o país, acompanhado de um grupo de militares (nomeadamente o coronel Gomes da Costa), com a missão de vigiar e controlar as

marchas das unidades para o cais de embarque de forma a realizar-se o sonho “guerrista” do governo democrático.

Bernardino Machado, Afonso Costa, Norton de Matos, António José D’Almeida mandaram todos os nossos compatriotas para a guerra. Venderam os nossos soldados como “carneiros”. Foram sem fatos, sem munições, sem botas e sem armas para provar ao mundo inteiro que não havia cobardes no exército português. O desconhecimento de algumas armas como a metralhadora ligeira *Lewis*, os morteiros e as granadas de mão e de espingarda, eram desconhecidas da instrução em Portugal. Para além destas armas, os nossos soldados tiveram que lidar com outras inovações durante a I Guerra Mundial, nomeadamente: gás de cloro; máscaras de gás; arame farpado; canhões de grande alcance; zeplins; aviões e submarinos.

Norton de Matos foi considerado um dos chefes supremos da Formiga Branca, que não se sentiu saciado com os 80 contos que da Inglaterra recebera para fazer o 14 de Maio.

O diminutivo “Trinchas” era usado para denominar quer os entrincheirados quer as trincheiras, numa verdadeira simbiose homem-espaço.

A terra de ninguém era apelidada, oportunamente, de “Avenida Afonso Costa” como meio de os militares exteriorizarem a ira pelo facto de serem obrigados a sujeitarem-se a esse espaço de horror, personalizado no 1º ministro todo o ressentimento que sentiam.

A distribuição de rum à meia-noite era bem-vinda: a alcoolização, verdadeira chaga das Trincheiras, permitia exorcizar os medos, adormecer os membros enregelados dos vigilantes ou entusiasmar a acção combativa e, por fim, aguentar até ao raiar do dia.

No decorrer desta impiedosa e sangrenta guerra, existiram dois jornais de Trincheiras de autoria portuguesa e de curta duração, *O Jornal Caserna* e *O Luso*, sendo este último posterior ao armistício.

Com o objectivo de impedir a transmissão de informações consideradas valiosas para o inimigo e de informações que abalasses a moral da população em Portugal, as autoridades militares criaram o serviço de Censura Postal do C.E.P., verdadeiro instrumento repressivo da liberdade de expressão e de informação.

A sedução, o amor e o prazer sexual experimentados pelos homens do C.E.P. com a população feminina civil criaram momentos, mais ou menos longos, mais ou menos sentidos, de evasão ao repressivo quotidiano de guerra.

Durante os momentos de descanso, os expedicionários estacionados na Linha de Aldeias ajudaram os franceses que se conservaram, teimosamente, nas quintas que os aboletavam (sobretudo viúvas, velhos e jovens) nas tarefas agrícolas (amanho das terras, limpeza de estábulos, guarda de gado), domésticas (compras no mercado, transporte de água, rachar de lenha) e de reconstrução de casas arruinadas pelos bombardeamentos inimigos.

Finalmente, a assinatura do Armistício a 11 de Novembro de 1918 marcou formalmente o fim da campanha militar do C.E.P. na Flandres.

Memória das Estrelas sem Brilho e o retrato do país

Esta obra retrata um romance histórico deveras apaixonante, que relata a vida de dois homens, companheiros e confidentes, Luís Vasques e Joaquim Domingues que tiveram a triste sorte de vivenciar uma guerra sangrenta e sem escrúpulos, nomeadamente a I Guerra Mundial.

Luís Vasques vivia numa sociedade considerada católica, moralista e hipócrita: “Em 1917, Portugal vivia tecnologicamente no século passado e mentalmente no século XVII.” No que concerne aos valores morais, por exemplo, a infidelidade matrimonial era condenável pela moralidade vigente e Portugal era o país menos mecanizado da Europa. Não aceitavam casamentos de estratos sociais diferentes, tal como acontecera com umas das filhas de Joaquim Domingues, a Evangelina, que engravidara de Paulino, na altura estudante de Medicina.

Vários problemas subsistiam naquela época, nomeadamente a falta de bens essenciais; a taxa de mortalidade era elevada; a emigração intensificou-se e houve um aumento de pilhagens nas grandes cidades.

O povo da terra tentava subsistir da agricultura, mas o seu esforço era em vão, tendo em conta que não possuíam uma mecanização que lhes permitisse alcançar os objectivos desejados.

Luís Vasques desejava que Portugal fosse um país próspero, emancipado, fraterno e livre. Pensava na democracia, na liberdade e no progresso e, desde o tempo da faculdade, apresentava tendências monárquicas. Criticava os republicanos, pois censuravam a publicação de “*Os Jornais Monárquicos*” e, ao longo da obra, verificamos que Vasques tem uma visão retrógrada, vendo o que há dentro da sociedade e não fora dela.

Vasques, personagem principal desta obra, provém de uma família nobre. Seu pai lhe dera um anel de brasão, sendo este a representação de uma linhagem antiga, símbolo do eterno, do ilimitado. Único filho, oriundo de um estrato social elevado e futuro herdeiro da casa de seus pais e da Quinta de São Francisco, vira-se forçado a interromper os seus estudos de direito, na faculdade de Coimbra, para comandar um grupo de expedicionários que o governo português, mais tarde, mandaria para as trincheiras da Flandres, em França. Embora as “cunhas” funcionassem naquele tempo, o seu pai não conseguiu impedir o recrutamento de seu filho, tendo em conta que, tal como ele, apresentava tendências monárquicas e não republicanas. Recorda-se que o seu amigo Apúlia, Manuel dos Santos, ex-combatente da Guerra das Trincheiras, só conseguira tratamento no hospital, por intermédio das “cunhas”.

Frequentando uma Escola de Oficiais, no Porto, Vasques fora graduado alferes e destacado para Braga. Entretanto, o seu melhor amigo, Joaquim Domingues, acompanha-o nesta longa jornada.

Joaquim Domingues era tratado por “Rato”, pois fora um perito no assalto à fruta, no seu tempo de mocidade. Analfabeto, pai de vários filhos e pobre, tornara-se, nas Trincheiras, o impedido de Luís Vasques, uma vez que a sua função consistia em engraxar as suas botas, mas também cuidar da roupa do seu alferes e da sua alimentação. Nesta obra, Joaquim Domingues é comparado a um personagem do livro “*Don Quixote de La Mancha*” pois, tal como sucede com Sancho Pança, ele é realista.

Preparando-se para partir, Luís Vasques prepara a sua bagagem e leva alguns dos seus livros, nomeadamente: uma pequena edição de “*Os Lusíadas*”; “*O Só*” de António Nobre; “*A Jornada Românica*” do João Crave e o “*In Illo Tempore*” de

Trindade Coelho. Este último evoca cenas da vida académica e o ambiente da cidade de Coimbra no tempo em que foi estudante de Direito. Denota-se que o autor José Leon Machado atribuiu o nome desta personagem Luís Vasques, baseando-se no nosso ilustre poeta, Luís Vaz de Camões, de “*Os Lusíadas*”. Está bem patente, na personagem principal, o seu gosto peculiar por esta magnífica obra: “...e atravessava as ondas com *Os Lusíadas* imaginários numa mão enquanto a outra se esforçava por vencer a força das águas”. Esta parte, aliás, faz-nos lembrar um pouco do que se passara com Ulisses e os seus marinheiros na obra de Homero, *Odisseia*, que, ao passarem por dois enormes rochedos, um que se assemelhava a uma mão e outro a uma boca, os rochedos foram devorando e esmagando os marinheiros de Ulisses.

Luís Vasques, ao preparar os seus homens, notara que os mesmos não tinham habilitações académicas, contabilizando um ou dois que sabiam ler ou escrever: “Apenas os cabos e os sargentos sabiam ler e faziam alguns serviços ao preço de dois maços de tabaco *Abdulla*.” “Conforme o regulamento do CEP, as cartas, antes de serem expedidas, tinham que passar pelo comandante do pelotão, que as censurava, não fosse vir nelas alguma informação confidencial.”

Para além desta atenuante, a farda dos seus homens era pobre e pouco os protegeria de um país bastante frio: “O Corpo Expedicionário Português tinha comprado capacetes de péssima qualidade e, depois de terem morrido vários militares feridos na cabeça porque os capacetes não cumpriram a sua função de protecção, acabou por ter de comprar outros. Setenta mil de aço mais resistente.” A missão principal do CEP era a defesa de posições e não a ofensiva.

Naquela guerra, as pessoas refugiavam as suas mágoas no álcool, procurando algum carinho e conforto nas casas das meninas francesas, tal como decorrera na casa da Madame Gravoche, onde Vasques e Joaquim viveram momentos ternurentos e inesquecíveis. Convém relembrar que Vasques era um autêntico marialva: as suas aventuras amorosas com Libaninha, sua ex-noiva, mesmo após de esta ser já uma senhora casada.

Na Guerra das Trincheiras, em Flandres, a acção decorre em vários espaços: Sally-sur-la-Lys; Bac-St-Maur; L’ épinette, Enguinegatte.

Luís Vasques, na Flandres, fora salvo por Joaquim Domingues.

Após o seu regresso, Vasques, juntamente com o seu amigo regressam à terra e ambos vão para Fátima, pois Joaquim tinha ouvido falar do aparecimento de uma Nossa Senhora de Fátima e fora cumprir uma promessa. A nossa personagem principal é completamente descrente, embora cumpra a vontade de seu amigo e o acompanhe nessa missão: “Eu fui até então bastante céptico a respeito das aparições e ainda hoje, de algum modo, o sou.”; “Os santos confundem-me. A santidade é uma espécie de loucura, de esquizofrenia incurável. Os fundadores de religiões são-me, em geral, antipáticos.” Muitos dos recrutas, num desfile de marcha, receberam dos bracarenses o Sagrado Coração de Jesus, mas ele não quisera receber nenhum. Na estação, avistara uma bela mulher e, após ter recebido o troco do seu bilhete, agarra-se a uma moeda de quatro centavos, realçando a beleza daquela mulher avistada à imagem cunhada numa simples moeda de 4 centavos: “O rosto, que eu via de perfil, era assombrosamente idêntico ao da moeda.”; “Tinha sido até então o meu amuleto, a minha companhia nas horas de tristeza, angústia e solidão”; “No momento em que casava com Aninhas, deixava de ter sentido a minha relação com aquela moeda.” Esta moeda serviu de consolo a um soldado na lama das trincheiras à falta de mulher em carne e osso.

Numa fase posterior, sempre dirigindo o seu “Minerva” a caminho da Póvoa, e acompanhado pelo seu amigo “Rato”, Luís Vasques conhece Aninhas, graças ao acto

heróico de Joaquim Domingues, que salvara o irmão da mesma de um possível afogamento. Sendo ambos convidados para uma festa de aniversário, começa-se a verificar uma certa afinidade entre Vasques e Aninhas. Aninhas era filha de um médico, possuindo uma forma de estar e de pensar bastante diferentes das restantes mulheres da sua época. A Aninhas desempenhará um papel fundamental na vida de Vasques, pois ela apercebe-se dos horrores provocados pela guerra e ouve-o, acalmando o seu espírito atormentado. Embora ele conseguisse desabafar com os seus pais, ao lado desta mulher que ele tanto amava, conseguia libertar-se das suas angústias e medos.

Vasques anseia por terminar os seus estudos e volta para a Universidade de Coimbra para proceder à matrícula. Salazar fora o seu professor. A vida académica em Coimbra retratada na obra continua a repercutir-se nos dias de hoje. Durante o dia, os estudantes baldam-se às aulas e, de noite, vão para o fado.

Os meninos doutores continuavam a copiar com o maior descaramento que os caracterizava desde sempre.

Mais tarde, Vasques casa-se com Aninhas e têm três filhos: Afonso, o mais velho; Pedro e Inês, a filha mais nova.

Segue o ramo de advocacia, tal como fizera o seu pai, mas a guerra continuava a atormentá-lo: “Acordava de noite por várias vezes, a suar, aterrorizado, a imaginar explosões das granadas ... ”; “Os gritos dos banhistas atingidos pelas ondas transformaram-se em gritos dos feridos num bombardeamento de morteiros. Senti o coração acelerado, o suor que escorria pela testa a turvar-me a visão.”; “O arroz a nadar no sangue acastanhado e os pedaços da lampreia trouxeram-me imagens das trincheiras, onde pedaços de corpos humanos se misturam com a lama.”

Sendo assim, refugia-se na obra *Húmus* de Raul Brandão: “Só a insignificância nos permite viver. Sem ela já o doido que em nós prega, tinha tomado conta do mundo. A insignificância comprime uma força desabalada.” Embora Vasques diga que o livro o deprime, ele continua a lê-lo. A relação entre a guerra e a dialéctica da vida e da morte em *Húmus* é evidente. A obra retrata toda a tensão da guerra em andamento. Ela destrói sonhos, esperanças e perspectivas de realizações. A relação entre a dialéctica da vida e da morte em *Húmus* é evidente. Em *Húmus*, a consciência da morte, aliada à indiferença de Deus, torna a vida absoluta. Podemos constatar que, se para o autor «viver é sofrer», ele lê muitos dos retóricos que retratam o pessimismo: “Talvez eu na minha juventude tivesse lido demasiado autores mórbidos e pessimistas. Ou talvez fosse o meu modo de ser, já de si melancólico, exacerbado pela experiência da guerra, essa destruidora de corpos e almas.” Recorda, por várias vezes, o espólio de bronze que recebera, onde dizia: “Mit Got fur koinig und Vaterland”, ou seja, “Com Deus para o rei e pela pátria.”

Torna-se pertinente falar-se da ideologia política de Luís Vasques. “O meu pai, imagem do Portugal monárquico e liberal. Eu próprio, um dia.”

A monarquia enfrentava várias crises: político e social e económico-financeira. Desta forma, o Partido Republicano Português ganhou terreno. Constituído por intelectuais, profissionais liberais, comerciantes, industriais, funcionários e proletariado urbano defendia o progresso, a liberdade e a justiça. Vasques repudiava Afonso Costa, tendo em conta que os republicanos mencionavam que os portugueses estavam mal preparados e que eram uns cobardes: “Afonso Costa e seus esbirros estiveram por detrás de todos os crimes políticos cometidos em nome da República.” “Os republicanos, em geral, eram uns peralvilhos emproados que levaram o país àquilo que ele hoje é, desde o assassinato do rei e do príncipe herdeiro, passando pelo Golpe de Estado de 1910 e por todas as revoltas e contra-revoltas que assolaram a sofredora terra

de Portugal até 1926, altura em que o General Gomes da Costa decidiu pôr cobro à balbúrdia e à reinação republicana com uma ditadura.” “Um soldado, quando ele fazia revista à guarda de honra, em sentido e a apresentar arma, chamou-lhe filho... o Afonso fingiu não ouvir, terminou a revista e no final a GNR, que na Flandres fazia serviço militar, chamou o soldado à parte e levou-o preso.” Para Luís Vasques, Afonso Costa e seus confrades fizeram tudo para que a Alemanha declarasse guerra a Portugal, pois só lhes interessava a ambição política.

Vasques, o nosso protagonista defendia a independência territorial: “Se tínhamos realmente que lutar, lutássemos em África, onde os nossos territórios e populações eram directamente atacadas pelas forças alemãs. A defesa da pátria era aí e não na Flandres... .” A sua identidade nacional consiste em ser um idealista sonhador e persistente, que sabe sofrer e amar – eis os predicados do homem português.

Afonso Costa, político (1871-1937) foi um dos principais obreiros da Implantação da República, tendo lutado contra a monarquia. Após a Implantação da República, foi Ministro da Justiça e I Ministro. Assinou o Tratado de Versalhes de 28 de Junho de 1919, em representação de Portugal. Nesse tratado, a Alemanha foi obrigada a pagar pesadas compensações de guerra aos países aliados, nomeadamente a França e a Inglaterra. Ficou a ser conhecido por “mata-grades”, devido a algumas destas suas iniciativas: expulsão dos Jesuítas; registo civil; lei da família e do divórcio; privatização dos bens da igreja católica, entre outras.

Em 1916, Afonso Costa defende a entrada de Portugal na Grande Guerra e a Alemanha declarou a guerra a Portugal. Foi destituído do seu cargo, em 1917, pelo golpe de Sidónio Pais e exilou-se em Paris.

Sidónio Pais foi o antigo ministro de Berlim e pôs fim ao governo corrupto de Afonso Costa.

Luís Vasques refere que este deixou de prover o Corpo Expedicionário Português, entregando-os à sua sorte.

Infelizmente, Sidónio Pais não conseguiu trazer os CEP, que são chacinados na Batalha de La Lys e, em 1918, este proclamou o estado de sítio, em Évora e Coimbra. Sucederam-se as greves, as contestações e os movimentos conspirativos.

Milhares foram os soldados esquecidos e o povo oprimido, que aguardava pelo regresso do seu D. Sebastião, nas manhãs de nevoeiro, em vão.

Mas, para surpresa de todos, certo dia, Vasques, já velho, e aos cuidados de sua filha Inês que permanecera na casa de seus pais após ter enviuvado, depara-se com o bisneto de Joaquim Domingues, neto de Delmiro, antigo jornalista da família Vasques e que casara com Guiomar, sua cozinheira e com quem ele mantivera um relacionamento íntimo, este solicita-lhe uma entrevista porque pretendia realizar um trabalho para a unidade curricular de Cultura Portuguesa, pois o mesmo frequentava a Faculdade de Letras.

Posteriormente, este adquire a casa e a Quinta de São Francisco e publica uma espécie de memorial com as tais vinte e tal páginas que o Sr. Vasques lhe dera.

Conclusão

De positivo, da I República ficou a intenção de fazer valer os valores puros da Revolução Francesa – Liberdade, Igualdade, Democracia, retomados com o “25 de Abril de 1974”. Desta forma, pode considerar-se a I República como um projecto falhado, uma “porta aberta” a uma esperança que não se cumpriu. Viva a República, pelo que ela quis ser e não pelo que ela foi!

Nesta obra, nota-se que o autor enfrentou uma crise existencialista: em busca de uma liberdade individual, da paz e da felicidade, contudo, as memórias da guerra perseguiram-no.

Embora sendo *marialva*, é ao lado de Aninhas que ele encontra a sua felicidade, tal como acontecera com Jacinto na obra *A Cidade e as Serras* do Eça de Queirós. Em suma, neste romance histórico, o amor acabou, de um certo modo, por vencer a guerra.

27 de Julho de 2011

Bibliografia

Machado, José Leon (2008), *Memória das Estrelas Sem Brilho*, Braga, Edições Vercial.

Machado, José Leon (2009), *Introdução à História da Língua e Cultura Portuguesas*, Braga, Edições Vercial, pp. 89-93.

Marques, Isabel Pestana (2008), *Das Trincheiras com Saudade, A vida quotidiana dos militares portugueses na Primeira Guerra Mundial*, 1.^a Ed., A Esfera dos Livros.

www.esferadoslivros.pt

<http://alfarrabio.di.uminho.pt/evercial>